# RESSALVA

Atendendo solicitação do(a) autor(a), o texto completo deste trabalho será disponibilizado somente a partir de 02/03/2019.

**IGO GABRIEL DOS SANTOS RIBEIRO**

# DA POLÍTICA SOCIOEDUCATIVA À (DES) REGULAÇÃO DA VIDADE JOVENS NEGROS BRASILEIROS

**ASSIS**

**2017**

**IGO GABRIEL DOS SANTOS RIBEIRO**

# DA POLÍTICA SOCIOEDUCATIVA À (DES) REGULAÇÃO DAVIDA DE JOVENS NEGROS BRASILEIROS

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP – Universidade Estadual Paulista para a obtenção do título de Mestre em Psicologia (Área de Conhecimento: Psicologia e Sociedade)

Orientador: Prof. Dr. Silvio José Benelli

Bolsista: CAPES

**ASSIS**

**2017**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca da F.C.L. – Assis – Unesp

R484p

Ribeiro, Igo Gabriel dos Santos
Da política socioeducativa à (des) regulação da vida de jovens negros brasileiros / Igo Gabriel dos Santos Ribeiro. Assis, 2017.
154 f.

Dissertação de Mestrado – Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista.
Orientador: Dr. Silvio José Benelli

1. Psicologia social. 2. Medidas socioeducativas. 3. Jovens. 4. Racismo. 5. Genealogia. I. Título.

CDD 158.2

IGO GABRIEL DOS SANTOS RIBEIRO

# DA POLÍTICA SOCIOEDUCATIVA À (DES) REGULAÇÃO DA VIDA DE JOVENS NEGROS BRASILEIROS

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Assis para a obtenção do título de Mestrado Acadêmico em PSICOLOGIA (Área de Conhecimento: PSICOLOGIA E SOCIEDADE)

Data da Aprovação: 02/03/2017

COMISSÃO EXAMINADORA

Presidente: Prof. Dr. SILVIO JOSÉ BENELLI - UNESP/ASSIS

Membros: Prof. Dr. ALESSANDRO DE OLIVEIRA DOS SANTOS - USP/SÃO PAULO

Profa. Dra. LUCIA HELENA OLIVEIRA SILVA - UNESP/ASSIS

**AGRADECIMENTOS**

À CAPES pela bolsa concedida no primeiro ano do mestrado.

À Seção Técnica de Pós-Graduação, especialmente ao Marcos e ao João Zanette, pelo atendimento sempre respeitoso, pela presteza e compreensão nas confusões com prazos e procedimentos. Aos técnicos da Biblioteca, especialmente ao Auro e à Vânia, pelo auxílio.

Ao meu orientador, Silvio José Benelli, pelos ensinamentos, pela confiança e pela paciência durante os anos de trabalho conjunto nos estágios curriculares da graduação, na iniciação científica e na pós-graduação.

Aos professores dos departamentos de Psicologia Social e de Psicologia Clínica da UNESP/ FCL, Assis, SP, com quem muito pude aprender durante os anos de formação na graduação e na pós-graduação, especialmente à professora Soraia Georgina, por ter acompanhado minha trajetória desde os primeiros passos na iniciação científica, sempre me incentivando a seguir em frente. E à professora Diana Sá, pela ternura, dedicação e carinho.

Ao professor Alessandro de Oliveira dos Santos do IP/ USP São Paulo, membro da banca examinadora, agradeço pela inspiração, pelas valiosas contribuições, pelos giros epistemológicos e pelas palavras de encorajamento. À professora Flávia Cristina Silveira Lemos do IFCH/ UFPA, pelos importantes apontamentos no exame de qualificação. À professora Lúcia Helena Oliveira Silva do departamento de História da UNESP/ FCL, por aceitar o convite para compor a banca de defesa e por compartilhar, generosamente, seu conhecimento histórico.

À minha família, pelo apoio incondicional. À minha mãe, Lourdes, pelo aconchego do lar e do amor, pelo abraço sempre terno, sem os quais o caminho seria mais longo e árduo. Ao meu pai, Miguel, por todo apoio. À minha irmã, Noely, minha eterna referência, por acreditar mais em mim que eu mesmo e por não me deixar esquecer que “o mestrado é só um mestrado”. Ao meu irmão caçula, Márcio, pelo carinho genuíno. Aos meus sobrinhos, Leonardo “Leleco”, Ana Clara e Daniel, por me permitirem descansar em seu abraço, amor e sorrisos. Ao meu cunhado, Nilson Ferreira, pelo apoio e pela ajuda com a tradução do resumo.

A vocês dedico essa e todas as conquistas que hão de vir. Meus singelos e mais honestos agradecimentos.

Ao Mário Theodoro, professor do departamento de Sociologia da UnB, por ter me apresentado o pensamento negro de forma tão apaixonante e solidária. Às pretas e aos pretos intelectuais da Universidade de Brasília, gratidão pela representatividade e pelos momentos de diálogo sempre atravessados por histórias de luta e resistência. Aos integrantes do MARÉ – Núcleo de Estudos em Cultura Jurídica e Atlântico Negro da Faculdade de Direito da UnB – por oportunizarem momentos de reflexão e oxigenação acadêmica, sintam-se abraçados e abraçadas. Aos demais amigos e amigas a mim presentados pela UnB, por me acolherem desde os primeiros dias em Brasília, por fazerem do cerrado um lugar menos seco e por darem vida às peças quadradas desse avião de pouso eterno.

Aos colegas da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais do IPEA, especialmente ao Antonio Teixeira, quem me ensinou que a vida pode ser leve e afetuosa, mesmo quando a luta nos convoca a todo o momento. À Raíssa Oliveira, à Marina Morenna e à Debora Macedo, companheiras com quem dividi muito mais que uma sala, reuniões e cafezinhos, meus sinceros agradecimentos pelos diálogos e trocas de experiências. À Luana e ao Leo, pelos momentos de distração nos forrós da torre. Ao Adalberto, irmão preto, pelos devaneios epistemológicos na mesa do bar e pelo companheirismo nos mais diversos momentos.

À família preta da Articulação Nacional de Psicólogas/os Negras/os e Pesquisadores – Anpsinep DF, Márcia Maria, Marizete Gouveia, Sandra Leal, Ana Luísa Coelho, Uila, Fernanda Brito, Ivanete Cordeiro e Vinicius Dias. A vocês eu poderia dedicar as mais belas palavras pela força da luta, do afeto e do companheirismo, entretanto, peço licença para dizer apenas uma: Ubuntu. Às companheiras e aos companheiros do Movimento Negro Unificado MNU DF, especialmente à Dandara Baçã e à Jacira, mulheres negras, sensíveis e fortes. Axé!

Às pessoas mais queridas da UNESP, família que pude escolher e que me escolheu. Meus afetuosos agradecimentos por fazerem parte da minha vida desde os primeiros dias do ano de 2009 quando nos encontramos em Assis, "terra do nunca", lugar onde não imaginávamos haver tanto afeto e solidariedade. Com vocês pude viver a amizade, a diferença, o respeito, os mais sinceros abraços, a "desconstrução" e os "bons encontros" em

ato e atitudes. Ao Pedro Henrique, amigo e irmão, por inundar minha vida com a sua existência poética e por compartilhar os momentos mais alegres e dificultosos do início dessa nossa trajetória acadêmica. Ao Mário Henrique e ao Lucas Peto, amigos e companheiros de república, por terem sido meu chão mais firme em Assis. À Mayara Cúrcio, pelas provocações e discussões regadas de amor e amizade. À Mayara Freire, pelo carinho e cuidado de irmã. Ao Felipe Pinto, pela amizade vibrante e pelas tantas experiências e incômodos compartilhados. À Emily, amiga e companheira de representações discentes, pelo afeto sincero. À Thaís Dainez, "minha porção mulher". Ao Danilo Marques, pelos abraços acolhedores. À Mel Yumi e à Bruna Freitag, pela alegria dos encontros e por serem meu lar mais aconchegante em SP. À Marita, companheira dos grupos de orientação, pela solidariedade nos momentos de angústia. Ao Maico, exemplo de ternura e grandiosidade ética. À Paula Lauer, pelo companheirismo, pelas injeções de ânimo e de coragem. À Mônica Silva, irmã de alma e ancestralidade, gratidão pela força e por tanto me inspirar.

Aos amigos e amigas que apesar das clivagens da vida seguem junto ao coração. À Roberta "Bel", por ouvir minhas "teorizações" nas chamadas de longa distância, de coração sempre aberto, agradeço pela dedicação e carinho. À Mitiko e ao Kheyji, pelos abraços e degustações das melhores cervejas artesanais nas pausas da vida corrida. Ao Juan Pais, com quem compartilhei muitos sorrisos e um mestrado quando ainda era um projeto distante. Ao William Costa, amigo querido, pelos encontros espontâneos e motivadores. Um "xêro", preto! Ao Elicardo, pelas conversas madrugada adentro e pelos conselhos de quem viveu e sobreviveu ao mestrado e ao doutorado. Ao Alysson, pelas andanças cheias de encantamentos e contestações. À Franciele Valadão, companheira de luta, de lágrimas e de muitos abraços, agradeço pelo reencontro na vida e no sertão paulista. Ao Guilherme Duarte, pelo apoio e pelos momentos de mansidão vividos no acaso do encontro durante a caminhada.

*“Minha última prece:*
*Ô meu corpo, faça sempre de mim um homem que questiona!”*

*(Frantz Fanon)*

RIBERIO, I. G. S. **Da política socioeducativa à (des) regulação da vida de jovens negros brasileiros.** 2017. 154f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Psicologia) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Assis, 2017.

## Resumo

Nessa dissertação interrogamos e analisamos o modo como os acontecimentos históricos, tais como a abolição da escravidão, a difusão do racismo científico e os projetos de Nação formulados nesse contexto, se interseccionam com a política socioeducativa, com a invenção da personagem *menor delinquente* e com a regulação da vida de jovens negros que cumprem medidas socioeducativas de liberdade assistida e de prestação de serviços à comunidade. Utilizamos procedimentos de pesquisa bibliográfica e documental, bem como de análise de dados estatísticos referentes ao Sistema Socioeducativo (SINASE), às desigualdades raciais e à violência praticada contra a juventude negra. Adotamos a genealogia foucaultiana como perspectiva teórica possível para interrogar e compreender a forma como o Estado intervém na vida de jovens negros por meio do sistema de responsabilização penal juvenil e de outros mecanismos, o que permitiu eleger a raça e o racismo científico como categorias fundamentais para entender e explicar a política socioeducativa enquanto fenômeno histórico atual, bem como para a problematização de seus efeitos. Identificamos que os discursos, práticas e procedimentos se atualizaram ao longo do século XX de acordo com a reorganização do Estado que, em sua configuração moderna, demandou tanto um reposicionamento prático-discursivo, quanto a alteração dos mecanismos de controle, de regulação e de governo da população. O biopoder, a biopolítica e a necropolítica compõem as novas tecnologias de poder inauguradas na transição da forma clássica de governo, na qual o exercício de poder se direcionava ao corpo-organismo, para a forma moderna, na qual o poder se direciona ao corpo-espécie tanto por meio de uma política da vida, quanto por uma economia e política da morte. Com efeito, constatamos que toda a população negra, sobretudo o segmento jovem, é reiteradamente desumanizada e, portanto, descartada e exterminada. A seletividade racial do Sistema de Justiça Juvenil, somada à execução sumária de jovens negros, traduz os efeitos produzidos por esse processo de desumanização que legitima e intensifica as práticas de regulação desses corpos e de seu extermínio. Concluímos que a vida de alguns sujeitos é investida por meio do biopoder, enquanto a morte dos "Outros" é provocada pela vulnerabilidade programática e por meio do necropoder. Por fim, elencamos alguns desafios que se apresentam para a Psicologia quando, pelo seu saber e poder, é convocada para validar cientificamente as práticas de penalização e de encarceramento compulsórias do SINASE, de genocídio da população negra e de extermínio de jovens negros e pobres.

**Palavras-chave:** Psicologia social; política socioeducativa; genealogia; jovens negros; racismo.

RIBERIO, I. G. S. **From socio-educational policy to the (un) regulation of the life of brazilian black youth.** 2017. 154f. Dissertation (Master's Degree in Psychology) – Faculty of Sciences and Letters, São Paulo State University "Júlio de Mesquita Filho", Assis, 2017.


## Abstract

In this dissertation we interrogate and analyze how historical events, such as the Emancipation proclamation, the diffusion of scientific racism and the projects of Nation formulated in this circumstances, intersect with socio-educational politics, with the invention of the juvenile delinquent persona and with the control of the life of young blacks who comply with socio-educational actions including assisted freedom and communitarian services. We used bibliographic and documentary research procedures, as well as statistical data analysis regarding the Socio-Educational System (SINASE), racial inequalities and violence practiced against black youth. We have adopted the foucauldian genealogy as a possible theoretical perspective to interrogate and understand the way the State intervenes in the lives of young blacks through the system of juvenile criminal responsibility and other mechanisms, which has allowed to choose race and scientific racism as fundamental categories to understand and explain socio-educational policy as a current historical phenomenon, such as for the problematization of its effects. We identified that the ideologies, practices and procedures were updated throughout the twentieth century according with the reorganization of the state, which, in its modern configuration, demanded both a practical-discursive repositioning and the alteration of the mechanisms of control, legislation and governance. biopower, biopolitics and necropolitics integrate the new technologies of power inaugurated in the transition from the classical form of governance in which the exercise of power was directed towards the body-organism, into the modern form of governance in which power is directed to the body-species both considering a politics of life, as well as an economy and death politics. Indeed, we found that the entire black population, especially the young segment, is repeatedly dehumanized and therefore discarded and exterminated. The racial selectivity of the Juvenile Justice System, added with the summary execution of young blacks, explain the effects produced by this process of dehumanization that legitimizes and intensifies the practices of regulating these bodies and exterminating them. We concluded that the life of some individuals is invested through biopower, while the death of the "Others" is caused by programmatic vulnerability and through the necropower. Finally, we list some challenges that are presented for Psychology when, due to its knowledge and power, it is called to scientifically validate the compulsory penalization and imprisonment practices of the SINASE, the genocide of the black population and the extermination of young blacks and the poor people.



**Keywords**: Social Psychology; socio-educational policy; genealogy; young black people; racism.

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ANPSINEP – Articulação Nacional de Psicólogas/os Negras/os e Pesquisadoras/es

AI-5 – Ato Institucional nº 5

ANC – Assembleia Nacional Constituinte

CF – Constituição Federal

CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito

CT – Conselho Tutelar

CTV – Comissão Teotônio Vilela

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social

DISOC – Diretoria de Estudos e Políticas Sociais

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

FEBEM – Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor

FUNABEM – Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor

IBGE – Fundação Instituto Brasileiro de Geografia E Estatística

INFOPEN – Sistema Integrado de Informação Penitenciária

IPEA – Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LA – Liberdade Assistida

LO – Lei de Diretrizes Orçamentárias

LOA – Lei Orçamentária

LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social

MCP – Modo Capitalista de Produção

MDSA – Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

MEP – Medidas Específicas de Proteção

MNMMR – Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua

MSE – Medidas Socioeducativas

NOB/SUAS – Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social

ONU – Organização das Nações Unidas

PEC – Proposta de Emenda à Constituição Federal

PL – Projeto de Lei

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

PROUNI – Programa Universidade para Todos

PSC – Prestação de Serviço à Comunidade

RMA – Registro Mensal de Atendimento

SEPPIR – Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

SUS – Sistema Único de Saúde

UNICEF – Fundo Internacional das Nações Unidas para Infância

## SUMÁRIO

**INTRODUÇÃO** ..... **19**

**Políticas públicas de responsabilização *penal* juvenil no Brasil** ..... **25**

**CAPÍTULO 1 – CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS** ..... **29**

1.1 Michel Foucault e a genealogia ..... 29

1.2 Sociedade de soberania ..... 35

1.3 Sociedade disciplinar ..... 36

1.4 Sociedade de Normalização ..... 39

**CAPÍTULO 2 – O CAMPO DE FORÇAS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL: SÉCULO XX** ..... **47**

2.1 O racismo científico à brasileira ..... 48

2.2 A produção do *menor delinquente* ..... 60

2.3 A responsabilização penal do *menor* ..... 69

2.4 Os tratados internacionais dos direitos humanos de crianças e adolescentes ..... 78

2.5 As lutas sociais e a redemocratização do Estado brasileiro ..... 81

**CAPÍTULO 3 – O CAMPO DE FORÇAS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL: SÉCULO XXI** ..... **91**

3.1 A produção discursiva dos novos sujeitos de direitos ..... 92

3.2 O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) ..... 95

3.3 As MSE em meio aberto no âmbito do SUAS ..... 99

3.4 O Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo ..... 103

3.5 A juventude negra em conflito com a lei ..... 110

3.6 Da regulação ao extermínio da juventude negra ..... 115

**CAPÍTULO 4 – CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA PARA A COMPREENSÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO BRASIL** ..... **130**

4.1 A apropriação das teorias estrangeiras e das práticas higienistas ..... 131

4.2 A emergência da Psicologia Social e os estudos das relações raciais ..... 132

4.3 A regulamentação da Psicologia como profissão ..... 135

4.4 Os estudos sobre branquitude e negritude ..... 136

**CONSIDERAÇÕES FINAIS** ..... **140**

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS** ..... **143**

## INTRODUÇÃO

Inicialmente é preciso ressaltar que o referido trabalho está organizado em torno de quatro categorias, as quais foram utilizadas para sustentar o eixo argumentativo de que as ações do Estado brasileiro, direcionadas à juventude negra, estão ancoradas em cada uma delas, a saber: raça, racismo, genocídio e extermínio. Desse modo, cabe conceituá-las para facilitar a compreensão dos procedimentos, das práticas sociais e discursivas, dos dados estatísticos e dos documentos que foram apresentados e analisados ao longo da pesquisa.

Há diversos estudos, especialmente no campo da Sociologia Crítica ou da Sociologia das Relações Raciais, mas também da Psicologia Social e da Criminologia Crítica que exploram a categoria ou o conceito "raça". É consensual entre esses estudos que raça, sendo um conceito analítico e nativo, trata-se de um constructo social, de uma experiência social compartilhada e significante do status social de grupos e indivíduos. Com os avanços dos estudos no campo das ciências biológicas nos idos dos anos 1970, chegou-se a conclusão que raça não é uma realidade biológica. Entretanto, mesmo diante dessa afirmação, a noção de raças fictícias se mantém presente no imaginário social como elemento estruturante das relações sociais e da sociedade, do mesmo modo em que sustenta a reprodução dos discursos e das práticas de racismos (GUIMARÃES, 2003; MUNANGA, 2004; ZUBERI, 2008; SCHUCMAN, 2010).

A estratificação racial, isto é, a separação da população humana em grupos raciais estanques, tem provocado experiências sociais e subjetivas e resultados desiguais entre os grupos racializados. A compreensão atual de raça como um fenômeno estritamente social, tem buscado superar a ideia de raça desde o ponto de vista da biologia genética e da antropologia física, para as quais haveria uma divisão da espécie humana em subespécies, cuja espécie inferior seria composta pelos "outros" que estão em desacordo com o fenótipo e genótipo do branco europeu ocidental. Com isso, o "Outro" racial vem sendo sistematicamente fraturado juntamente com as linhas de classe, gênero e de orientação sexual (ZUBERI, 2008).

O racismo, compreendido como fenômeno social, surge como efeito da crença de que existem diferenças de ordem biológica entre os grupos étnicos. Em outras palavras, consiste na crença da existência das raças naturalmente hierarquizadas, relacionando-as com as características físicas, morais e intelectuais. Ele se configura, a partir da noção de raça, como ideologia para justificar a escravização dos povos africanos, a colonização e a expansão do capitalismo. Nas palavras de Munanga, "o racismo é essa tendência que consiste em

considerar que as características intelectuais e morais de um dado grupo são consequências diretas de suas características físicas e biológicas" (2004, p. 24). O autor segue argumentando que houve uma transição no novo milênio do racismo de base biológica para o racismo construído com base nas diferenças culturais e identitárias. Essa nova forma de racismo coloca o paradoxo da bandeira baseada no respeito às diferenças culturais e na construção de uma política multiculturalista. Isto é, a reivindicação identitária do movimento negro para positivar a existência das pessoas negras e resgatar sua autoestima é também utilizada pela extrema direita europeia que reivindica respeito à cultura "ocidental" como justificativa para viverem apartados dos imigrantes árabes, africanos etc. (MUNANGA, 2004; SCHUCMAN, 2010).

A categoria genocídio foi utilizada a partir da compreensão de Abdias do Nascimento (1978) e dos trabalhos de Ana Flauzina (2006; 2014), autora que correlaciona o projeto genocida do Estado brasileiro ao sistema penal. É Importante destacar que o projeto genocida brasileiro, a partir dessas e de outras referências utilizadas no presente trabalho, configura-se por uma série de procedimentos pelos quais se objetiva eliminar física, simbólica, psíquica e epistemicamente a população negra e também indígena. Tais procedimentos ancoram-se na compreensão de raça como fenômeno biológico, nas diferenças étnicas e culturais. A categoria de extermínio, apesar de integrar o projeto genocida, foi trabalhada separadamente por ser a expressão dramática do genocídio e por afetar, sobremaneira, a juventude negra.

Dito isso, a pesquisa que se apresenta tem como ponto de partida a compreensão dos enredamentos sociais e políticos do início do século XX até a entrada do novo século, os quais foram responsáveis, em certa medida, pela produção do que ficou conhecido como *menor delinquente* até sua lenta e inconclusa passagem para a categoria de sujeito de direitos (LEMOS, 2007; RIZZINI; PILLOTI, 2009;PRINCESWAL; CALDEIRA, 2010; RIZZINI *et. al.*, 2011; BENELLI; RIBEIRO, 2014).

Considerando o cenário que forjou o Brasil como país da degenerescência humana e, posteriormente, como país da democracia racial, e considerando as estatísticas que indicam as disparidades raciais em todos os setores da sociedade brasileira, esta pesquisa teve como objetivo central interrogar e problematizar o campo de forças no qual a política socioeducativa foi construída, bem como o efeito desta política pública nos processos de regulação da vida de jovens negros[1], grupo de presença mais expressiva nos estabelecimentos

[1] A categoria *negro* foi utilizada tal como é empregada pelo IBGE, entendendo que se trata da soma de *pretos* e *pardos*. A categoria *jovem*/*juventude* foi utilizada em substituição da categoria *adolescente*, por melhor representar a perspectiva teórico-metodológica e política adotada.

de aplicação das Medidas Socioeducativas (MSE) em meio aberto e em meio fechado. Para tanto, estudamos e analisamos o aparato legislativo vigente referente à Socioeducação, com seus Programas e Serviços, incluindo o Plano Nacional Decenal de Atendimento Socioeducativo aprovado no ano de 2013.

Para melhor compreender a maneira como jovens negros em conflito com a lei foram e são construídos na história, do mesmo modo como a história incide sobre seus corpos, apresentamos um conjunto de referências teóricas que dialogam entre si e que compõem a perspectiva transdisciplinar adotada para essa pesquisa. São referências históricas, sociológicas, filosóficas e psicológicas que podem subsidiar a formulação de um escopo teórico-conceitual mais abrangente. A intersecção desses saberes tem possibilitado a construção de fundamentos sólidos para que a Psicologia possa subverter suas práticas cristalizadas que tanto tem contribuído para a manutenção do *status quo* branco-ocidental. Isso se deve ao fato do tema das relações étnico-raciais e de sua intersecção com os processos de adoecimento e de sofrimento psíquico estar ausente nos currículos e nos projetos político-pedagógicos para formação de psicólogos/as. Esta ausência tem sido sustentada pelo discurso da neutralidade e da racionalidade científica, o qual tem isentado a Psicologia da responsabilidade política para com os grupos marginalizados e a transformado em produto de mercado para consumo das elites brasileiras (PATTO, 2012). O que não quer dizer que a Psicologia tenha resistido integralmente ao tema das relações étnico-raciais. Santos, Schucman e Martins (2012) apresentam um panorama do pensamento psicológico brasileiro, pelo qual é possível observar que os primeiros estudos de psicologia social no Brasil se iniciaram a partir de investigações acerca das relações raciais, porém trata-se de um conhecimento ainda pouco difundido.

A genealogia foucaultiana foi selecionada como referência metodológica importante para interrogar e problematizar a história, possibilitando alcançar os objetivos da pesquisa. Entendemos que a perspectiva genealógica permite problematizar as práticas discursivas, de poder e de subjetivação que constroem e produzem o modo de ser, pensar, agir e sentir de uma época. Ela pode ser compreendida como um empreendimento capaz de "libertar da sujeição os saberes históricos, torná-los capazes de oposição e de luta contra a coerção de um discurso teórico, unitário, formal e científico" (FOUCAULT, 1979, p. 172). Foucault introduz a genealogia como um método de diagnosticar e compreender o significado das práticas sociais a partir do seu próprio interior (RABINOW; DREYFUS, 1995). No entanto, essa perspectiva configura-se mais como orientação teórico-conceitual e menos como um

procedimento pragmático de análise de objetos de estudo. O que é plausível, tendo em vista que na presente pesquisa não trabalhamos com objetos empíricos supostamente naturais tal como ocorre nas investigações científicas tradicionais.

A genealogia auxilia a análise das emergências históricas, bem como de sua eficácia produtiva que inventa determinados grupos e sujeitos, haja vista que pode ser empregada como análise da proveniência em direção ao ponto de articulação do corpo com a história. Desse modo, deve mostrar o corpo inteiramente marcado pela história e a história arruinando os corpos que são passíveis de serem arruinados. Nesse caso, sobre os jovens negros são direcionados os procedimentos sistemáticos de objetificação, regulação e extermínio. É por meio desses fatores, concretos e abstratos, – o que se inscreve nos corpos, as características fenotípicas que remetem à raça negra, e o que se forja subjetivamente, tal como os processos de subalternização, inferiorização e desumanização – que são autorizadas as diversas formas de ingerência e regulação sobre a vida dos grupos étnico-raciais cuja humanidade não é reconhecida.

Partindo das interrogações sobre a história contada desde a perspectiva colonial, mas também da maneira como a história e os acontecimentos são comumente analisados, dado os processos de colonização do conhecimento que geraram métodos de análise que muitas vezes ratificam a violência contra o "outro" colonizado, a genealogia permitiu analisar as relações de forças e de poder presentes nos distintos momentos históricos. Estas relações, a cada momento da história, se fixam num ritual, impõe obrigações e direitos e constitui procedimentos cuidadosos. Estes últimos constituem o ponto em que esta pesquisa buscou se ater: os procedimentos discursivos e práticos reservados aos jovens negros que cumprem MSE.

A primeira fase da pesquisa consistiu na articulação do cenário discursivo que influenciou as intervenções do Estado ao longo do século vinte direcionadas aos jovens brasileiros. Iniciamos o primeiro capítulo apresentando a perspectiva teórica adotada em nosso trabalho. As categorias foucaultianas serviram para compreender o modo como as tecnologias de poder – entendidas como um novo tipo de governamentalidade que não se reduz nem a uma análise jurídica nem a uma leitura econômica, embora estejam ligadas (REVEL, 2002) – subsidiam as intervenções do Estado, sobretudo em sua configuração moderna, direcionadas à população em suas diferentes configurações. Centramos nossas análises nas intervenções direcionadas à população negra, sobretudo à juventude. Para tanto apresentamos as diferentes organizações da sociedade que, de acordo com Foucault,

coexistem sem que o advento de uma nova organização, tal como as sociedades de normalização, represente a supressão de outra, como as sociedades disciplinares. O surgimento de uma nova organização sugere a confluência e o aprimoramento de velhas e novas tecnologias de poder.

No segundo capítulo buscamos analisar o campo de forças das políticas públicas no Brasil do século vinte, observando detalhes dos enredamentos políticos que possibilitaram a emergência da figura do *menor delinquente* e de todo aparato jurídico-legislativo para conter a *grande delinquência*[2]. Políticas públicas que no presente trabalho são compreendidas como um conjunto de ações estatais, cujo propósito é equacionar determinada questão social eleita como um problema ao qual o Estado deve intervir por meio da criação de legislações, sistemas, instituições, equipamentos e estabelecimentos. O monitoramento, a fiscalização e a avaliação das políticas públicas, considerando o ordenamento atual, devem ser realizados por meio dos órgãos de controle social compostos por representantes da sociedade civil e poder público.

No referido capítulo, iniciamos com a apresentação do discurso produzido para desumanizar a raça negra em detrimento da hiper-humanização do branco de origem europeia, constituído como padrão e referência, por excelência, de humanidade legitima. Esse discurso foi formulado e sustentado por meio do saber científico racista adotado pela *intelligentzia* brasileira no início do século XX. Ainda neste capítulo apresentamos o modo como foram organizadas as políticas destinadas à penalização do *menor delinquente,* forjado em meio aos discursos, práticas e saberes racistas. Seguimos com uma breve apresentação da influência global-internacional no trato da questão da criança e do jovem, dos novos arranjos ocasionados pela conjuntura política do Golpe Militar e, posteriormente, da reabertura democrática.

No terceiro capítulo problematizamos o campo de forças das políticas públicas no início do Brasil XXI, buscando analisar as intersecções entre as conquistas alcançadas em relação aos direitos civis e políticos pelas lutas sociais com os velhos e novos desafios diante da reconquista do Estado democrático de direito. Iniciamos com uma reflexão sobre os impasses presentes na produção discursiva atual que, em tese, elevou crianças e jovens à condição de sujeitos de direitos, o que entendemos como sofisticação e repaginação do discurso vigente anteriormente, a exemplo do Código de Menores de 1927 direcionado prioritariamente aos jovens negros cuja existência representava uma ameaça à sociedade. Essa

[2] Em referência às análises realizadas por Michel Foucault acerca da grande internação, fenômeno investigado em sua primeira grande obra – História da Loucura (FOUCAULT, 2012).

inovação discursiva não alcançou grandes feitos pelo fato das práticas sociais permanecerem ancoradas no padrão de humanidade que não corresponde à imagem dos sujeitos atendidos pelas políticas públicas inauguradas nesse contexto.

Ainda no terceiro capítulo apresentamos uma análise crítica sobre as juventudes brasileiras e mais detidamente sobre o contexto em que a juventude negra está inserida, entendendo esse aspecto como ponto nodal para a compreensão da intersecção do Sistema de Justiça Juvenil/ SINASE com a existência social desses jovens. Em outros termos, trata-se de uma análise fundamental para compreender o modo como a estratificação racial tem sido essencial para conduzir a existência de jovens negros a um conjunto restrito de possibilidades, quando comparado ao quadro de possibilidades e perspectiva de vida de jovens brancos, sobretudo no que se refere ao cenário de violências e de vulnerabilização. Seguimos com a apresentação e análise das Políticas, dos Sistemas, do Plano Nacional Socioeducativo (BRASIL, 2013) e dos Serviços de Proteção Social reservados aos jovens em conflito com a lei, destacando tanto sua organização prático-discursiva, quanto o grupo étnico que predomina nos atendimentos, o que em nossa analise reflete uma articulação entre o campo discursivo inventado no século anterior com o que há de mais atual.

Ao final do terceiro capítulo buscamos consolidar as conexões e intersecções do nosso campo teórico-conceitual com os achados da pesquisa a respeito dos processos de desumanização das pessoas negras e, mais especificamente, de jovens negros que cumprem MSE em meio aberto. Utilizando a perspectiva do pensamento negro e decolonial como base e pano de fundo para as análises que empreendemos, nesse capítulo apresentamos os resultados da pesquisa sobre a intersecção entre a política socioeducativa, tal como está estruturada atualmente, com a regulação da vida de jovens negros. As categorias cunhadas por Michel Foucault e por Achille Mbembe, sobretudo a de biopolítica e de necropolítica, conduziram as análises teórico-conceituais e políticas sobre o *modus operandi* do Estado direcionado à juventude negra, pelo qual o corte racial é determinante para que sejam investidos materiais concretos e simbólicos sobre a vida de alguns para "fazer viver", em detrimento do desinvestimento em outras vidas, as quais são levadas à morte por procedimentos sistemáticos de extermínio e genocídio. As análises de Mbembe (2006) auxiliaram na compreensão da fase de governamentalidade na qual os processos de governo e de regulação estão ancorados em "las formas contemporáneas de sumisión de la vida al poder de La muerte (política de La muerte)" que "reconfiguran profundamente lãs relaciones entre resistencia, sacrifício y terror" (MBEMBE, 2006, p. 74).

No quarto capítulo inclinamos nossas análises para o surgimento do pensamento psicológico social brasileiro que se estruturou no estudo das relações étnico-raciais. Nossa intenção foi contribuir tanto para a ampliação do debate, chamando a atenção para a sua relevância nas pesquisas em psicologia que tangenciam questões relacionadas à raça, quanto para difundir um conhecimento que ainda está suspenso na formação de psicólogos/as. Igualmente, buscamos estreitar a relação da Psicologia com as questões apresentadas no presente trabalho, sendo elas o encarceramento, o controle em todas as dimensões, o extermínio e o projeto genocida, as quais afetam diuturnamente o viver da juventude negra.

## Políticas públicas de responsabilização *penal* juvenil no Brasil[3]

Para compreender a construção discursiva, bem como as práticas sociais, o panorama e os procedimentos do Sistema de Justiça Juvenil/ SINASE, é preciso analisar cuidadosamente a organização social racialmente estratificada e hierarquizada, a qual elegeu como elemento suspeito o corpo do homem negro, sendo jovem ou adulto, aquele que deve ser sentenciado, penalizado, vigiado, eliminado simbólica e fisicamente através de diferentes mecanismos, entre eles a limitação da liberdade e o cerceamento.

No caso da juventude, o ECA (BRASIL, 1990) prevê dois grandes modelos de medidas: Medidas Específicas de Proteção (MEP) e Medidas Sócio-Educativas (MSE). As primeiras, conhecidas como medidas protetivas[4], destinam-se a crianças e jovens de zero a dezoito anos de idade; as segundas, medidas socioeducativas, destinam-se, exclusivamente, aos jovens qualificados como autores de atos infracionais, de doze a dezoito anos incompletos. No âmbito do SUAS (BRASIL, 2005) as medidas protetivas devem ser executadas por meio da Proteção Social Básica (PSB) pelo CRAS e por outras entidades assistenciais públicas e privadas, e as medidas socioeducativas de LA e PSC, executadas em meio aberto, devem ser aplicadas por meio da Proteção Social Especial (PSE) pelo CREAS (BRASIL, 2011), em articulação com o Sistema de Justiça.

---

[3] O termo *responsabilização penal juvenil* foi adotado na presente pesquisa de forma ampla a partir da tese elaborada por Karyna Sposato (2011), considerando que o sistema de justiça juvenil, tal como foi construído e modificado ao longo dos últimos séculos representa, ao fim e ao cabo, ações de responsabilização (medidas de advertência entre outras) e ações penais (medidas de restrição e privação de liberdade), que apontam para uma tendência a seguir o modelo da justiça comum para adultos, contrariando o princípio da socioeducação segundo o qual o caráter pedagógico deveria sobrepujar a dimensão da sanção judicial.

[4] Entre as Medidas Específicas de Proteção (MEP) estão previstos a "orientação, apoio e acompanhamento temporário em meio aberto" (ECA, artigo 101, inciso II) que costumam ser oferecidas pelas mais diversas entidades de atendimento governamentais e não governamentais no contexto da Assistência Social.

A política socioeducativa, portanto, foi analisada por meio dos discursos históricos que tornaram possível sua invenção, do mesmo modo que possibilitaram o surgimento das práticas de aprisionamento e regulação compulsórias e seletivas. Nesse sentindo, interrogamos o cenário em que determinados modos de vida, padrões de comportamentos e padrões estéticos transformaram-se em ameaças sociais ao ponto de serem radicalmente criminalizados e penalizados. Em outras palavras, buscamos identificar e analisar o ponto de convergência entre o legado da colonização, da colonialidade do saber e do poder com a atualização dos processos de opressão e violência contra determinados grupos sociais.

Os fatos e os acontecimentos históricos, sociais, políticos, econômicos e as ações do Estado se interrelacionam e são essenciais tanto para a seleção de um dado "problema", quanto para a construção de intervenções para o seu suposto equacionamento. Eleito como problema social, o jovem negro está inserido em um cenário em que o seu corpo foi sistematicamente alçado a condição de inimigo e de ameaça social. Ao representar um perigo sua existência deve ser regulada, entendendo por regulação desde a mobilidade limitada – urbana e social – à liberdade restrita. Seu corpo negro, associado à ameaça causada por um inimigo externo, passa a ser alvo de uma guerra discursivamente não declarada. O ponto central desta análise refere-se à produção histórica da suspeição acerca do corpo negro e, mais cautelosamente, do jovem negro. Nesse sentido, a leitura histórica é fundamental para a compreensão das cenas que envolvem o "ser jovem negro" e as ações do Estado em defesa da sociedade.

O sequestro e a escravização de negros africanos foram práticas legalizadas por mais de três séculos no Brasil. Entre os séculos XVIII e XIX foram construídas as mais diversas teses raciais sobre o rebaixamento intelectual, a inferioridade moral e psicológica dos negros, utilizadas como justificativa para a exploração e para a manutenção das práticas de violência. Essas teses raciais também serviram de alicerce para a hierarquia social, a dominação e a sustentação da supremacia branca. A supremacia branca é entendida como um sistema de produção e manutenção das hierarquias sociais a partir da racialização de grupos humanos, sistema esse fomentado pela ideologia defensora da superioridade ética, estética, intelectual e espiritual das pessoas brancas (SCHUCMAN, 2012; SANTOS; SCHUCMAN; MARTINS, 2015; TRALCI FILHO; SANTOS, 2017).

O processo de colonização, a ocidentalização e a dominação das Américas contribuiu tanto para a eliminação sistemática dos "Outros" bárbaros, quanto para a construção de um campo de saber falsamente científico sobre as raças, cujo propósito era sustentar o poder

exercido sobre esse "Outro" colonizado, inferior, mantendo as hierarquias e assimetrias sociais.

O cenário político e social das últimas décadas do século XIX – marcado pela promulgação da lei do ventre livre (BRASIL, 1871), pela abolição formal do regime de trabalho escravo (BRASIL, 1888) e pela Proclamação da Primeira República (BRASIL, 1889), somado ao início da industrialização e da imposição do novo modelo de produção econômica – contribuiu amplamente para intensificação das exclusões e das desigualdades sociais que permanecem atingindo, predominantemente, a parcela negra da população brasileira. Do mesmo modo, o início do século XX foi marcado por políticas que mantiveram os abismos sociais, a exemplo da construção de estratégias de embranquecimento da população por meio do incentivo à entrada de imigrantes europeus no país e da adoção de políticas higienistas e eugênicas sustentadas pelas teorias raciais[5] que foram difundidas por intelectuais, juristas e naturalistas brasileiros (SCHWARCZ, 2015; ZANIANI, 2008; 2011).

É importante destacar que a abolição formal da escravidão não garantiu que a escravização fosse extinta ou que as desigualdades sociais entre as pessoas negras e brancas fossem superadas. Devido à dimensão das teorias racialistas e a sua apropriação social, a abolição do sistema escravocrata não representou o início da desconstrução dos valores negativos associados às pessoas negras. Ao contrário disso, no caso brasileiro, além da continuidade dos fenômenos do preconceito, da discriminação e da estratificação racial, as teses sobre a inferioridade racial do negro ou o chamado racismo científico foram fortalecidas e amplamente difundidas. A adoção da "ideologia racial" pela elite brasileira teve início nos anos 1870, tendo se tornado amplamente aceita entre as décadas de 1880 e 1920 (JACCOUD, 2008). Portanto, não há como analisar um acontecimento histórico sem localizar no espaço e no tempo os elementos que possibilitaram sua emergência, ou melhor, seu processo de produção.

Cabe frisar que a história não se apresenta como uma sucessão de fatos, pela qual um é superado por outro a partir de um contínuo infinito e linear. A história é composta por uma confluência de acontecimentos ligados aos jogos de forças e de interesses, produzindo novos sujeitos históricos, novas tecnologias de poder, novas práticas discursivas, as quais não se anulam, mas coexistem simultaneamente. Disso deriva seu aspecto caótico, conflituoso, não linear e descontínuo (FOUCAULT, 1988).

[5]As teorias raciais, também compreendidas como teorias racialistas ou racistas, surgiram e foram difundidas na Europa Ocidental entre os séculos XVIII e XIX por meio do racismo científico da época. No Brasil chegaram tardiamente, alcançando o auge de apropriação e aplicação entre as décadas de 1910/1920 do século XX.

Portanto, exercitamos a problematização, o tensionamento, a descolonização do conhecimento e, com isso, a desnaturalização de acontecimentos e discursos-verdades que se forjaram na história, atentando aos efeitos e às atualizações que plasmam no presente. Esse esforço consistiu em resgatar os detalhes e as nuances pouco percebidas, ocasionalmente omitidas das narrativas históricas oficiais, para correlacioná-los com o que há de mais atual, com a constituição dos sujeitos que compõem as cenas do presente. Nesse sentido, interrogamos a conexão dos acontecimentos datados da passagem do século XIX para o século XX com acontecimentos que atualmente ocupam a cena, tal é o caso do jovem *infratror*, da defesa sistemática de sua penalização, de sua reclusão e, no limite, de sua eliminação. Serão novos sujeitos? Novas cenas? Novas vidas (des) reguladas? Novos investimentos? Ou trata-se mais de atualizações e manutenção cercada por conflitos raciais históricos, numa análise próxima do que Foucault argumentou ser o procedimento próprio do Estado para que possa seguir exercendo seu biopoder em relação à população? (2005a; 2005b; 1998)

Portanto, no contexto de reconfiguração dos regimes de trabalho, de atualização das formas de escravização e das tecnologias de poder, os jovens negros entraram em cena em disputa pela vida e por espaço no novo modelo de trabalho livre, assalariado e regular (THEODORO, 2008). As ações do Estado voltadas para esta juventude, nesse momento, seguiram em direção ao investimento na purificação da raça, como é possível observar nas políticas imigrantistas e de embranquecimento da população, de encarceramento e de repressão por meio dos mecanismos de contenção judicial. Havia pouca ou nenhuma preocupação com as crianças e jovens negros e pobres no contexto pós-abolicionista, eram tão somente objetos da caridade cristã, do assistencialismo e da filantropia privada (RIZZINI, 1997; LIMA, 2010). Segundo esses autores, a urgência era transformar crianças e jovens pobres e abandonadas em agentes produtivos e úteis para o desenvolvimento nacional. Todavia, essa transformação dependeria dos projetos de embranquecimento, já que o atraso do país estava colado nos ex-escravos e em seus descendentes, sem valor tanto para o Estado quanto para o Mercado. É nesse contexto que surge a necessidade de agir para garantir mão de obra semiqualificada e ao mesmo tempo defender a sociedade da figura imagética do inimigo interno. Nesse momento surgem as primeiras iniciativas, após a promulgação da primeira República, voltadas para a construção de um sistema de responsabilização penal juvenil.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em meio aos inúmeros acontecimentos do século XIX surgiram diferentes disciplinas, tais como a Sociologia, a Psicologia e Medicina para responder os problemas colocados pelo *espírito da época*. Nesse mesmo contexto surgiram teorias que inauguraram o racismo científico, como as correntes racialistas. As teorias raciais fundamentaram produções e práticas eugênicas e higienistas que se estenderam, mundialmente, até o século XX. Amplamente difundidas, chegaram e permaneceram no Brasil durante as três primeiras décadas do século XX. Nesse período também o jovem negro foi eleito inimigo do Estado e da sociedade, problema social que ficou conhecido como *menor delinquente*. Para responder ao problema da "grande delinquência" foram criadas legislações que se destacaram por sua característica altamente repressora e higienista, a exemplo do Código de Menores (BRASIL, 1927).

Constatamos que há uma aproximação política, prática e discursiva entre a política socioeducativa, o racismo científico vigente no início do século XX e os investimentos jurídico-institucionais destinados ao sequestro, contenção e eliminação dos *menores* negros e pobres descendentes de famílias escravizadas. O século XX foi marcado por acontecimentos políticos que alteraram significativamente o cenário social do país. Somado à adoção das teorias raciais e sua direta influência na construção de instrumentos jurídicos e legislativos, houve a entrada de grande contingente de imigrantes estrangeiros em terras brasileiras, o que ocasionou alterações demográficas e econômicas em diferentes regiões do Brasil. O país alterou sua cor, indo do preto ao pardo, do pardo ao branco e do branco ao branquíssimo em determinadas regiões. Sul e Sudeste recepcionaram grande número de imigrantes europeus descendentes de portuguesas, italianos e alemães. As colônias europeias concentraram-se nessas regiões. Sem possibilidade de trabalho/emprego e mobilidade social, uma grande leva de negros concentrou-se nas regiões norte e nordeste, as quais ainda hoje concentram maior contingente da população negra

Distantes das transformações que beneficiassem a população mais pobre, especialmente crianças e jovens negros, desde o século XIX as disciplinas das ciências humanas e sociais tem se inclinado mais para a manutenção dos interesses predominantemente das elites brancas brasileiras. Nesse ponto cabe ressaltar que não buscamos problematizar de forma binária ou antagônica o branco *versus* negro. Entretanto, é fundamental enfatizar que não se trata de disputas e lutas desrracializadas que vem sendo

travadas sem qualquer intenção consciente. A população negra tem sido condenada à condição sub-humana por meio da ausência de possibilidades sociais, políticas e econômicas que são mantidas pelos grupos que governam e controlam o país. As ciências humanas, nesse caso mais especificamente a Psicologia, tem oferecido subsídios teórico-práticos para a naturalização perversa das desigualdades sociais, da banalização da violência e do sofrimento humano – mesmo considerando as honrosas exceções de praxe na área da Psicologia. Não se trata, porém, de uma exclusividade das ciências humanas, ao contrário disso, as ciências biológicas, por exemplo, também tem prestado incontáveis desserviços do ponto de vista dos processos de transformação social e emancipação subjetiva, sobretudo quando o assunto é racismo e classe social.

Compreendemos que a negação de algumas áreas do conhecimento em relação ao aprofundamento da discussão que leve em consideração a densidade e a complexidade dos problemas sociais ainda constitui um desafio, tal como a importância da valorização de outras epistemologias que sejam pautadas pela ética da prudência e do compromisso social alinhado com os interesses da população negra – atitudes científicas necessárias para romper com os aprisionamentos diversos, com o imperativo da neutralidade do conhecimento objetivo, com o imperialismo europeu e norte americano e com o epistemicídio característico do racismo e do genocídio (NASCIMENTO, 1976; SANTOS, 2002; SOUZA, 2015). Com as análises que empreendemos nessa dissertação, buscamos contribuir para o rompimento do silêncio acadêmico frente os problemas que envolvem a juventude negra, por meio do esforço historico-analítico realizado com o objetivo de deslocar a categoria "jovem negro" do *lócus* da objetificação e do suposto problema a ser investigado, denunciando as práticas sociais e discursivas que os produziram como problema e como inimigo. Buscamos de igual modo evidenciar o racismo e todos os procedimentos voltados para sua manutenção e para a coisificação do jovem negro na sociedade. Tratamos de romper com a negação das práticas sociais e dos discursos acadêmicos racistas em razão de uma urgência política.

A condição inferior e sub-humana do negro é a expressão dramática de um problema longitudinal que se tem feito presente na sociedade brasileira ao longo da história. Na contramão do que foi dito a respeito do brasileiro – cordial, amistoso, corrupto e sem preconceitos de raça/cor – cabe destacar o contrário: o racismo, ativo e estruturante das relações sociais no país, faz parte dos processos subjetivantes, de comportamentos aprendidos, internalizados e transmitidos entre gerações.

A partir das análises apresentadas, entendemos que a política socioeducativa segue o mesmo padrão de seletividade racial do sistema prisional de adultos e da atuação das agências de Segurança Pública, as quais elegeram como "elemento suspeito" o corpo negro. Verificamos que esse *modus operandi* do Estado brasileiro está atrelado às novas tecnologias de poder destacadas por Foucault (2005a; 2005b; 1988; 2008) e Mbembe (2006), sendo elas a conjugação do poder disciplinar com o biopoder e o necropoder. Em que pese à necessidade de controlar e regular a vida dos inimigos do Estado, a saber: o "Outro" desumanizado, é preciso do mesmo modo investir em sua eliminação. Portanto, as ações do Estado são racialmente seletivas em diferentes aspectos, passando do julgamento-absolvição, ao encarceramento compulsório até o fazer morrer.

Por fim, queremos destacar os desafios que se apresentam para a Psicologia como ciência e profissão, diante da gravidade dos problemas envolvendo a população negra, particularmente os jovens, e das questões discutidas quanto ao tema das relações étnico-raciais, tendo em vista a presença expressiva dessa população nos equipamentos e nos estabelecimentos públicos, sobretudo de Assistência Social (SUAS) e de Saúde (SUS), os quais são responsáveis pela execução das diversas políticas públicas, dentre elas a política socioeducativa. O conhecimento histórico da constituição da sociedade brasileira que envolve as relações étnico-raciais é fundamental para a superação das práticas hegemônicas que tanto contribuem para a manutenção das violências e das desigualdades sociais, bem como para criação de novas práticas institucionais que consideram a especificidade da população e juventude negra brasileira.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ALVES, J. A. Topografias da violência: necropoder e governamentalidade espacial em São Paulo. *Revista do Departamento de Geografia*, v. 22, p. 108-134, 2011.

ARAÚJO, I. L. *Foucault e a crítica do sujeito*. Curitiba: Ed da UFPR, 2001.

AVELINO, D. P. O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e o Sistema de Justiça. In: OLIVINDO, K. A. F.; ALVES, S. M. C.; ALBUQUERQUE, S. A. *Olhares sobre o direito à Assistência Social*. Brasília, DF: Fiocruz Brasília; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2015. p. 149-159.

AZEREDO, V. D. A metodologia de Foucault no trato dos textos nietzschianos. *Cad. Nietzsche*, v. 1, n. 35, p. 57-85, p. 2014.

BATISTA, N. Política criminal com derramamento de sangue. *Discursos Sediciosos*: *Crime, Direito e Sociedade*, v. 5, n.6, p. 77-94, 1998.

BENELLI, S. J. *Pescadores de homens: a produção da subjetividade no contexto institucional de um seminário católico*, 2003. 401f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, 2003.

_____. *Pescadores de homens*: estudo psicossocial de um seminário católico. São Paulo: UNESP, 2006.

_____. Pistas pedagógicas para a socioeducação de crianças e adolescentes na entidade assistencial. In: MATTIOLI, O. C.; ARAÚJO, M. F.; RESENDE, V. R. (Orgs.). *Família, Violência e Políticas Públicas: pesquisas e práticas*. Assis: Unesp/NEVIRG/CRV, 2012, p. 59-87.

_____**.** Apontamentos sobre as práticas psicológicas desenvolvidas nas entidades assistenciais que atendem a crianças e adolescentes pobres. *Revista de Psicologia da UNESP*, v.12, n. 2, p.1-30, 2013.

_____. *Entidades assistenciais socioeducativas: a trama institucional*. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

_____. *Psicologia e Assistência Social: interfaces políticas, clínicas e éticas*. Relatório de pesquisa. Assis: UNESP, 2016a. (mimeo).

_____. A lógica da rede na atenção socioeducativa para crianças e adolescentes na Assistência Social. In: XAVIER, A. L. P.; GHAZIRI, S. M.; TEODORO, D. V S.; SILVA, P. C. T.; ZANIN, R. A. S. (Orgs). *ECA, SUAS e o e o trabalho em rede de proteção à criança e ao adolescente*. Rio de Janeiro: Publit, 2016b. p. 40-77.

_____. Risco e vulnerabilidade como analisadores nas políticas públicas sociais: uma análise crítica. *Estudos de Psicologia* (Campinas), v. 33, n.4, p. 735-745, 2016c.

_____.; FERRI, G. G.; JUNIOR, N. F. A modalidade de rede: discutindo suas origens e problematizando algumas de suas aplicações atuais. XAVIER, A. L. P.; GHAZIRI, S. M.; TEODORO, D. V S.; SILVA, P. C. T.; ZANIN, R. A. S. (Orgs). *ECA, SUAS e o e o trabalho em rede de proteção à criança e ao adolescente.* Rio de Janeiro: Publit, 2016. p. 152-197.

_____.; RIBEIRO, I. G. S. Políticas públicas para crianças e adolescentes no Brasil: uma problematização do SINASE. In: MATTIOLI, O. C.; ARAÚJO, M. F.; RESENDE, V. R. (Org's.). *Violência, direitos humanos e políticas públicas: avanços e impasses*. Curitiba, PR: CRV, 2014. p. 9-32.

BENTO, M. A. S. Notas sobre a expressão da branquitude nas instituições. In: BENTO, M. A. S.; SILVEIRA, M. J.; NOGUEIRA, S. G. (Orgs). *Identidade, branquitude e negritude: contribuições para a psicologia social no Brasil*: novos ensaios, relatos de experiência e de pesquisa. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2014, p. 13-33.

BICUDO, V. L. Contribuição para a história do desenvolvimento da psicanálise em São Paulo. *Arquivos de Neuro-Psiquiatria*, v.6, n.1, p. 69-72, 1948.

BONFIM, E. M. Históricos cursos de psicologia social no Brasil. *Psicologia & Sociedade*, v. 16, n. 2, p. 32-36, 2004.

BRASIL. *Decreto n. 65.810*, de 8 de dezembro de 1969. Promulga a Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial. Disponível em: http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=94836> Acesso em: 02 de fevereiro de 2016.

_____. *Lei n. 2.040*, de 28 de setembro de 1871. Declara de condição livre os filhos de mulher escrava que nascerem desde a data desta lei, libertos os escravos da Nação e outros, e providencia sobre a criação e tratamento daquelles filhos menores e sobre a libertação annual de escravos. Coleção de Leis do Império do Brasil de 1871. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM2040.htm>.

_____. *Lei n. 3.353*, de 13 de maio de 1888. Declara extinta a escravidão no Brasil. Coleção de Leis do Império do Brasil de 1888. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM3353.htm>.

_____. *Decreto n. 1°*, de 15 de novembro de 1889. Proclama provisoriamente e decreta como forma de governo da Nação Brasileira a República Federativa, e estabelece as normas

pelas quais se devem reger os Estados Federais. Coleção de Leis do Império do Brasil de 1889. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/D0001.htm>.

_____. *Decreto n° 17.943-A* de 12 de outubro de 1927. Consolida as leis de assistencia e protecção a menores. Rio de Janeiro, 1927. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/d17943a.htm.

_____. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm.

_____. *Lei n° 8.069*, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm.

_____. *Lei n° 8.742*, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8742compilado.htm.

_____. *Política Nacional de Assistência Social PNAS/2004* – Norma Operacional Básica NOB/SUAS. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2004.

_____. *Norma Operacional Básica NOB/SUAS.* Brasília: MDS, 2005.

_____. Resolução n. 119, dispõe sobre o *Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE*. Brasília, DF: CONANDA, 2006a.

_____. Resolução n.113, de 19 de abril de 2006, dispõe sobre os parâmetros para a institucionalização e fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente. Brasília: CONANDA, 2006b.

_____. *Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS.* Brasília: MDS, 2006c.

_____. *Resolução n° 109*, de 11 de novembro de 2009. Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Diário Oficial da União, Brasília: Conselho Nacional de Assistência Social, 2009.

_____. *Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS*. Brasília: SNAS/MDS, 2011a.

_____. Lei Ordinária n. 12.435, de 6 de julho de 2011. Altera a Lei n. 8.742 de 7/12/1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social e cria o SUAS. Brasília: MDS, 2011b.

_____. *Lei nº 12.594*, de janeiro de 2012. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo. Diário Oficial da União, Brasília, 2012. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12594.htm.>

_____. *Norma Operacional Básica da Assistência Social – NOB/SUAS, 2012*. Brasília: MDS, 2012.

_____. *Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo*: diretrizes e eixos operativos para o SINASE. Brasília, DF: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2013a. Disponível em: http://www.sdh.gov.br/assuntos/criancas-e-adolescentes/pdf/plano-nacional-de-atendimento-socioeducativo-diretrizes-e-eixos-operativos-para-o-sinase.

_____. *Concepção de Convivência e Fortalecimento de Vínculos*. Brasília: MDS, 2013b.

_____. *Mapa do encarceramento*: os jovens do Brasil. Brasília: Secretaria-Geral da Presidência da República e Secretaria Nacional de Juventude, 2015.

-_____. *Caderno de Orientações Técnicas*: Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto. Brasília: Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário. Secretaria Nacional de Assistência Social, 2016.

CARDOSO Jr., H. R.; LEMOS, F. C. S. A genealogia em Foucault: uma trajetória. *Revista Psicologia & Sociedade*, v. 21, n. 3, p. 353-357, 2009.

CARNEIRO, S. A. *A construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser*, 2005. 339f. Tese (Doutorado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CARONE, I.; BENTO, M. A. S. (Orgs.). *Psicologia social do racismo.* Petrópolis: Vozes, 2002.

CERQUEIRA, D. R. C.; COELHO, D. S. C. Redução da Idade de Imputabilidade Penal, *Educação e Criminalidade*. Rio de Janeiro: Ipea, Nota Técnica nº 15, 2015.

CERQUEIRA, D.; FERREIRA, H. *et al*. *Atlas da Violência 2016*. Brasília: IPEA, 2016.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO. *Psicologia e Preconceito Racial.* São Paulo: CRP/SP, 2007.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO (Org). *Caderno Temático vol. 14 - Contra o genocídio da população negra: subsídios técnicos e teóricos para Psicologia.* São Paulo: CRP SP, 2014.

CORBUCCI, P.; ARAUJO, H. E.; CODES, A. PNADs 2004-2014 – Educação. In: CALIXTRE, A.; VAZ, F. *PNAD 2014: breves análises*. Brasília: IPEA, 2015.

DAGNINO, E.; OLVERA, A. J.; PANFICHI, A. Para uma outra leitura da disputa pela construção democrática na América Latina. In: DAGNINO, E.; OLVERA, A. J.; PANFICHI, A. (orgs). *A disputa pela construção democrática na América Latina*. São Paulo: Paz e Terra; Campinas, SP: Unicamp, 2006. p. 13-91.

DANTAS, C. V. Racialização e mobilização negra nas primeiras décadas republicanas. In: *Cadernos PENESB: Revista do Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira*. Niterói: Editora Alternativa/ EdUFF, 2010. p. 141-152.

DAVIS, A. Mulheres, raça e classe. São Paulo: Boitempo, 2016.

DELEUZE, G. Post-scriptum sobre as sociedades de controle. In: DELEUZE, G. *Conversações (1972-1990)*. Rio de janeiro: Editora 34, 2008. p. 219-226.

DEGANI-CARNEIRO, F.; JACÓ-VILELA, A. M. O cuidado com a infância e a autonomização da Psicologia no Brasil. *Revista Interamericana de Psicologia,* v. 46, n. 1, 159-170, 2012.

DIGUEZ, C. R. M. A. "Negro é negro": a contribuição da obra de Virginia Leone Bicudo aos estudos de relações raciais. *Est. Hist.*, v. 24, n. 47, p. 219-222, 2011.

DREYFUS, H.; RABINOW, P. *Michel Foucault*. Uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FALEIROS, V. P. Infância e processo político no Brasil. In: RIZZINI, I.; PILOTTI, F. *A arte de governar crianças:* a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. São Paulo: Cortez, 2009. p. 33-95.

FANON, F. *Pele negra máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERNANDES, F. *A integração do negro na sociedade de classes* – Vol. I - O legado da raça branca. São Paulo: Editora Globo, 2008.

FERREIRA NETO, J. L. Pesquisa e metodologia em Michel Foucault. *Psicologia: Teoria e Pesquisa,* v. 31, n. 3, p. 411-420, 2015.

FLAUZINA, A. L. P. *Corpo negro caído no chão*: o Sistema Penal e o Projeto Genocida do Estado brasileiro, 2006. 145f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

FLAUZINA, A. L. P. As fronteiras raciais do genocídio. The racial bounderies of genocide. *Revista de Direito da Universidade de Brasília – University of Brasilia Law Journal,* v. 01, n.01, p. 119-146, 2014.

FONTOURA, N.; LIMA Jr.; CHERFEM, C. O. PNAD 2014 – Alterações no mundo do trabalho, segundo marcadores de gênero e raça. In: CALIXTRE, A.; VAZ, F. *PNAD 2014*: breves análises. Brasília: IPEA, 2015, (s/p).

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. Direito de morte e poder sobre a vida. In: FOUCAULT, M. *História da sexualidade I*: A vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988. p. 127-136.

_____. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H.; RABINOW, P. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica:* para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense, 1995. p. 231-249.

_____. *Nascimento da biopolítica*: curso no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes: 2008.

_____. Aula de 28 de janeiro de 1976. In: FOUCAULT, M. *Em defesa da Sociedade* – Curso no Collège de France. São Paulo: Martins Fontes, 2005a. p. 75-98.

_____. Aula de 17 de março de 1976. In: FOUCAULT, M. *Em defesa da Sociedade* – Curso no Collège de France. São Paulo: Martins Fontes, 2005b. p. 285-315.

_____. História da loucura na idade clássica. São Paulo: Perspectiva, 2012.

_____.*Vigiar e Punir*: história da violência nas prisões. Petrópolis: Editora Vozes, 2013.

GOFFMAN, E. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 1987.

COSTA, A. C. G. *Por uma política nacional de execução das medidas socioeducativas: conceitos e princípios norteadores.* Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2006a.

_____. *As bases éticas da ação socioeducativa: referenciais normativos e princípios norteadores.* Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2006b.

_____. *Os regimes de atendimento no Estatuto da Criança e do Adolescente: perspectivas e desafios.* Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2006c.

_____. *Socioeducação: estrutura e funcionamento da comunidade educativa.* Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2006d.

_____. *Parâmetros para formação do socioeducador: uma proposta inicial para reflexão e debate.* Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2006e.

_____. Natureza e essência da ação socioeducativa. In: Ilanud (Org.). *Justiça, adolescente e ato infracional*, 2006f, p. 449-467. Disponível em http://www.ilanud.org.br/biblioteca/livros/justica,-adolescente-e-ato-infracional/ Obtido em 05/06/2015.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. Subjetividade e História. In: GUATTARI, F.; ROLNIK, S. *Micropolítica*: cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 33-148.

GONÇALVES, M. G. Subjetividade e negritude. In: *Cadernos PENESB:* Revista do Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira. Niterói: Editora Alternativa/EdUFF, 2010. p. 369-383.

GROSFOGUEL, R. El concepto de racismo en Michel Foucault y FrantzFanon: teorizar desde la zona del ser o desde la zona del no-ser? *Tabula Rasa*, v. 12, n.16, p. 79-102, 2012.

GUIMARÃES, A. S. A. Como trabalhar com "raça" em sociologia. *Revista da Faculdade de Educação da USP*, v. 29, n. 1, p. 93-108, 2003.

IBGE. *Atlas do censo demográfico 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.

IPEA. Assistência Social. In: *Boletim de Políticas Sociais*: acompanhamento e análise, n. 23, Brasília: IPEA, 2015. p. 53-116.

JACCOUD, L. Racismo e República: o debate sobre o branqueamento e a discriminação racial no Brasil. In: THEODORO, M. (Org). JACCOUD, L.; OSÓRIO, R.; SOARES, S. *As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil*: 120 anos após a abolição. Brasília: IPEA, 2008. p. 49-62.

JACCOUD, L.; HADJAB, P. D. E.; CHAIBUB, J. R. Assistência Social e segurança alimentar: entre novas trajetórias, velhas agendas e recentes desafios (1988-2008). In: IPEA. *Políticas Sociais*: acompanhamento e análise - Vinte Anos da Constituição Federal. Brasília: IPEA, 2009. p.175-249.

JACCOUD, L. Enfrentando as desigualdades raciais: mais um desafio para as Políticas Sociais. Desenvolvimento Social - *Revista MDS*, v. 2, p. 18-19, 2010.

JACÓ-VILELA, A. M. História da Psicologia no Brasil: uma narrativa por meio de seu ensino. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 32, num. especial, p. 28-43, 2012.

JACÓ-VILELA, A. M.; DEGANI-CARNEIRO, F.; OLIVEIRA, D. M. A formação da psicologia social como campo científico no Brasil. *Psicologia & Sociedade*, v. 28, n. 3, p. 526-536, 2016.

LEMOS, F. S. *Crianças e Adolescentes entre a norma e a lei*: uma análise foucaultiana, 2007. 219f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, São Paulo, 2007.

LIMA, F. S. *A proteção integral de crianças e adolescentes negros*: um estudo do sistema de garantia de direitos para a promoção da igualdade racial no Brasil, 2010. 230f. Dissertação (Mestrado em Direito), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

LYRA. D. A República dos meninos: juventude, tráfico e virtudes. Rio de Janeiro: MAUDX: FAPERJ, 2013.

MBEMBE, A. *Necropolítica*. Sobre el gobierno privado indirecto. Lisboa: Presses de Sciences, 2006.

MBEMBE, A. *Crítica da razão negra*. Lisboa: Antígona Editores Refractários, 2014.

MUNUNGA, K. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: BRANDÃO, A. D. P. (Org). *Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira*. Niterói: EdUFF, 2004. p. 15-34.

MUNANGA, K. Teoria social e relações raciais no Brasil contemporâneo. *Cadernos PENESB: Revista do Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira*. Niterói: Editora Alternativa/EdUFF, 2010. p. 169-203.

NATALINO, M. Avanços e desafios da transversalidade nas políticas públicas federais voltadas para minorias. In: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Brasil em Desenvolvimento*: Estado, Planejamento e Políticas Públicas. Brasília: IPEA, 2009, p. 779-795.

NATALINO, M.; ANDRADE, C. C.; DUARTE, B. C.; CASTRO, P. Constituição e Política de Direitos Humanos: antecedentes, trajetórias e desafios. In IPEA. *Políticas Sociais*: acompanhamento e análise - Vinte Anos da Constituição Federal. Brasília: IPEA, 2009. p. 67-131.

NASCIMENTO, A. *O genocídio do negro brasileiro*: processo de racismo mascarado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

OLIVEIRA, L. L. *Entre a miscigenação e a multirracialização*: brasileiros negros ou negros brasileiros? Os desafios do movimento negro brasileiro no período de valorização nacionalista (1930-1950) – A frente negra brasileira e o teatro experimental do negro, 2008. 346f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

OLIVEIRA, R. M. *Homicídio de adolescentes negros e instituições*: reflexões a partir do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM), 2014. 145f. (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

PATTO, M. H. S. *Formação de psicólogos e relações de poder*: sobre a miséria da psicologia. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo, 2012.

_____. *Psicologia e ideologia*. São Paulo: T.A. Queiróz, 1984.

_____. *A produção do fracasso escolar*. São Paulo: T.A. Queiróz, 1990.

_____. Para uma crítica da razão psicométrica. *Revista Psicologia USP*, São Paulo, v.8, n.1, p.47-62, 1997.

PRADO FILHO, k.; LOBO, L. F; LEMOS, F. C. S. A história do presente em Foucault e as lutas atuais. *Fractal, Revista de Psicologia*, v. 26, n. 1, p. 29-42, 2014.

PRESTES, C. R. S. *Feridas até o coração, erguem-se negras guerreiras*. Resiliência em mulheres negras: transmissão psíquica e pertencimentos, 2013. 176f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

PRESTES, C. R. S.; VASCONCELOS, E. G. Mulheres negras: resistência e resiliência ante os efeitos psicossociais do racismo. *Pambazuka News*: voices for freedomandjustice, v. 63, p.1-7, 2013.

PINHO, O. A; FIGUEIREDO, A. Ideias fora do lugar e o lugar do negro nas ciências sociais brasileiras. *Estudos Afro-Asiáticos*, v. 24, n. 1, p. 189-210, 2002.

PRINCESWAL, M.; CALDEIRA, E. P (Orgs.). *Os Processos de construção e implementação de políticas públicas para crianças e adolescentes em situação de rua*. Rio de Janeiro: CIESPI/ PUC-Rio, 2010.

RAMOS, S.; MUSUMECI, L. "Elemento suspeito". Abordagem policial e discriminação na cidade do Rio de Janeiro. *Boletim segurança e cidadania*, v.3, n. 8, (s/p), 2004.

REVEL, J. *Foucault*: conceitos essenciais. São Carlos: Claraluz, 2005.

RIBEIRO, I. G. S.; ROGONE, H. M. H. *Levantamento e análise das entidades assistenciais socioeducativas de atenção à criança e ao adolescente no Município de Assis.* Faculdade de Ciências e Letras. Universidade Estadual Paulista, Assis, 2012. (Relatório de Pesquisa).

RIBEIRO, I. G. S.; BENELLI, S. J. *Uma problematização foucaultiana das políticas públicas para crianças e adolescentes no Brasil.* São Paulo: FAPESP, 2014. 119f. (Relatório de Pesquisa).

_____.; BENELLI, S. J. Tensões discursivas nas políticas públicas para criança e adolescentes: da educação para o trabalho aos efeitos subjetivantes. In: LEMOS, F. C. S. *et al.*(Orgs.) *Psicologia, Educação, Saúde e Sociedade*: Transversalizando. Curitiba: Editora CRV, 2015. p. 288-304.

RIZZINI, I. *O século perdido*: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil.Rio de Janeiro: Universitária Santa Úrsula, 1997.

RIZZINI, I.; PILOTTI, F. *A arte de governar crianças*: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. São Paulo: Cortez, 2009.

RIZZINI, I.; PRINCESWAL, M.; CALDEIRA, E. P.; BUSH, M. *A efetivação de políticas públicas no Brasil*: o caso das políticas para crianças e adolescentes em situação de rua. Rio de Janeiro: CIESPI/ PUC-Rio, 2011.

ROMAGNOLI, R. C. Problematizando as noções de vulnerabilidade e risco social no cotidiano do SUAS. *Revista Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 20, n. 3, p. 449-459, 2015.

SANTOS, A. O.; SCHUCMAN, L. V.; MARTINS, H. V. Breve histórico do pensamento psicológico brasileiro sobre relações étnico-raciais. *Psicologia: ciência e profissão*, n.32 (num. especial), p. 166-175, 2012.

SANTOS, A. O.; SCHUCMAN, L. V. Desigualdade, relações raciais e formação de psicólogo(as). *Revista EPOS*, v. 6, n. 2, p. 117-140, 2015.

SANTOS, B. S. *A crítica da razão indolente*: contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2002.

SANTOS, I. A. A. *Direitos humanos e as práticas de racismo*. Brasília: Edições Câmara, 2015.

SCHUCMAN, L. V. *Entre o "encardido", o "branco" e o "branquíssimo":* raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. 2012. 122f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SCHUCMAN, L. V. Branquitude e poder: revisitando o "medo branco" no século XXI. *Revista da ABPN*, v.6, n.13, p. 134-147, 2014a.

SCHUCMAN, L. V. Sim, nós somos racistas: estudo psicossocial da branquitude paulistana. *Psicologia & Sociedade*, v. 26, n. 1, p. 83-94, 2014b.

SCHUCMAN, L. V. Branquitude: a identidade racial branca refletida em diversos olhares. In: BENTO, M. A. S.; SILVEIRA, M. J.; NOGUEIRA, S. G. (Orgs). *Identidade, branquitude e negritude: contribuições para a psicologia social no Brasil*: novos ensaios, relatos de experiência e de pesquisa. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2014c, p. 111-126.

SCHWARCZ, L. *O espetáculo das raças*: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870 – 1930. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SILVA, M. A. M. Reabilitando Virgínia Leone Bicudo. *Revista Sociedade e Estado*, v. 26, n. 2, 2011, p. 235-245.

SILVA, T. D. Panorama social da população negra. In: SILVA, D. T.; GOES, F. L. *Igualdade racial no Brasil*: reflexões no ano internacional dos afrodescendentes. Brasília: IPEA, 2013. p.13-28.

SILVA, A. K.; HÜNING, S. M. O plano individual de atendimento como um analisador de

políticas públicas no sistema socioeducativo. In: CRUZ, L. R.; RODRIGUES, L.; GUARESCHI, N. M. F. (Orgs). *Interlocuções entre a psicologia e a política nacional de assistência social*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2013. p. 149-160.

SILVA, E. R. A.; OLIVEIRA, R. M. *O adolescente em conflito com a lei e o debate sobre a redução da maioridade penal*: esclarecimentos necessários. Brasília: IPEA, 2015.

SILVESTRE, E. *O adolescente em conflito com a lei*: política socioeducativa de direitos, 2010. 226f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, Universidade Estadual Paulista, 2010.

SINHORETO, J.; SILVESTRE, G.; SCHLITTLER, M. C. *Desigualdade racial e segurança pública em São Paulo*: letalidade policial e prisões em flagrante. São Carlos: UFSCar, 2014.

SOUZA, J. *A tolice da inteligência brasileira*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2015.

SPOSATO, K. B. *Elementos para uma teoria da responsabilidade penal de adolescentes*, 2011. 239f. Tese (Doutorado em Direito Público) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

TRALCI FILHO, M. A.; SANTOS, A. O. O discurso da supremacia branca e o esporte: um estudo a partir de textos e comentários na internet. *Movimento*, v. 23, n. 1, 2017, p. 229-248.

THEODORO, M. A formação do mercado de trabalho e a questão racial no Brasil. In: THEODORO, M.; JACCOUD, L.; OSÓRIO, R.; SOARES, S (org). *As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil*: 120 anos após a abolição. Brasília: IPEA, 2008. p.19-47.

THEODORO, M. Relações raciais, racismo e políticas públicas no Brasil contemporâneo. *Revista de Estudos & Pesquisas sobre as Américas*, v. 8, n. 1, p. 205-219, 2014.

TRAVERSINI, C. S.; BELLO, S. E. L. O numerável, o mensurável e o auditável: estatística como tecnologia para governar. *Educação e Realidade*, v. 34, n. 2, p.135-152, 2009.

UNICEF. *Situação Mundial da Infânci*a: Celebrando 20 anos da Convenção sobre os Direitos da Criança. New York: United Nations Children's Fund, 2009.

VERGNE, C. M.; VILHENA, J.; ZAMORA, M. H.; ROSA, C. M. A palavra é genocídio: a continuidade de práticas racistas no Brasil. *Psicologia & Sociedade*, v. 27, n. 3, p. 516-528, 2015.

WAISELFISZ, J. J. *Violência letal contra as crianças e adolescentes do Brasil*. Brasília: Flacso, 2015a.

WAISELFISZ, J. J. *Mapa da Violência 2016*: homicídios por armas de fogo no Brasil. Brasília: Flacso, 2015b.

WACQUANT, L. *As prisões da miséria*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

YAMAMOTO, O. H. Políticas sociais, "terceiro setor" e "compromisso social": perspectivas e limites do trabalho do psicólogo. *Psicologia & Sociedade*, v. 19, n. 1, p. 30-37, 2007.

ZANIANI, E. J. M. *Sob os auspícios da proteção*: Moncorvo Filho e a higienização da infância, 2008. 158f. Dissertação (Mestrado em Psicologia), Instituto de Psicologia, Universidade Estadual de Maringá, Paraná, 2008.

ZANIANI, E. J. M.; BOARINI, M. L. Infância e vulnerabilidade: repensando a proteção social. *Psicologia & Sociedade*, v. 23, n. 2, p. 272-281, 2011.

ZUBERI, T. *Más espeso que la sangre*: la mentira del análisis estadístico según teorias biológicas de La raza.Minneapolis, Minnesota: University of Minnesota Press, 2001.

ZUBERI, T.; BONILLA-SILVA, E. Telling the real tale of the Hunt: toward a race conscious sociology of racial stratification. In: ZUBERI, T.; BONILLA-SILVA, E. *White logic, white method*: racism and methodology. Lanham, Maryland: Rowman & Littlefield Publishing, 2008. p. 329-341.